11º Encontro Internacional de Política Social
18º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Entre o capital e a vida: questão social, crise ambiental e resistências
Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

O diagnóstico territorial como estratégia de gestão: o processo de elaboração do IV PMEP

Daniela Rocha Fernandes[1]
Luciana Lopes de Souza[2]
Michele Pontes da Costa[3]

Resumo:

O presente trabalho tece uma discussão sobre a importância do diagnóstico territorial para se planejar ações de Educação Permanente no âmbito do SUAS. Desta forma, apresenta a experiência carioca da construção do IV Plano Municipal de Educação Permanente (IV PMEP) da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, problematizando o processo de produção e reprodução social capitalista na Política de Assistência Social, como também a educação dialógica de Paulo Freire e o território usado de Milton Santos como marco teórico do estudo. Para a análise deste diagnóstico foi utilizado o Índice de Progresso Social, que nos revelou uma desigualdade entre os territórios da Cidade do Rio de Janeiro e qualificou a construção do IV PMEP para as necessidades dos trabalhadores do SUAS Carioca.

Palavras-chave: Assistência Social; Educação Permanente; Gestão; Diagnóstico Territorial.

Territorial assessment as a management strategy: formulating the 4th Municipal Permanent Education Plan

Abstract:

This study discusses the importance of territorial diagnosis in planning Continuing Education actions within the scope of the Unified Social Assistance System (SUAS). It presents the experience of Rio de Janeiro in developing the 4th Municipal Continuing Education Plan (IV PMEP) of the Municipal Social Assistance Secretariat, problematizing the capitalist social production and reproduction process within Social Assistance Policy. The study adopts Paulo Freire's dialogical education and Milton Santos's concept of "used territory" (*território usado*) as its theoretical framework. For the diagnostic analysis, the Social Progress Index (SPI) was employed, revealing deep inequalities among the territories of Rio de Janeiro and tailoring the IV PMEP to the specific needs of SUAS workers in the city.

Keywords: Social Assistance; Continuing Education; Management; Territorial Diagnosis.

[1] Pedagoga, Especialista em Educação Infantil, Especialista em Educação Antirracista, trabalhadora do SUAS e técnica da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. Email: daninandes@hotmail.com.

[2] Assistente social, Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos pelo NEPP-DH/UFRJ, trabalhadora do SUAS e técnica da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. Email: as.lulopes@yahoo.com.br.

[3] Assistente social, Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da UERJ, trabalhadora do SUAS e assessora da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. Email: mpontes.seso@gmail.com.

1. Introdução:

Instituída oficialmente em 13 de março de 2013, por meio da Resolução nº 04 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS)[4] representou um marco na gestão do trabalho da Assistência Social no Brasil. Lançada em Brasília, no âmbito do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a política consolidou as diretrizes discutidas e aprovadas durante as Conferências Nacionais de Assistência Social. Seu principal objetivo foi superar o modelo de capacitação pontual e difuso por um conceito de educação permanente que unifica nacionalmente a qualificação profissional.

Na PNEP (2013) destaca a complexidade da atuação profissional no SUAS e a necessidade de formação contínua para garantir a efetividade dessa política pública. A assistência social, enquanto direito, exige ações planejadas, fundamentadas teoricamente e sensíveis às realidades vivenciadas pelos usuários. Nesse cenário, a formação não pode ser vista como um evento isolado, mas como um processo contínuo de reflexão sobre a prática.

Atualmente na cidade do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS Rio) é responsável pela gestão e pela execução da política de assistência social. Vinculado à esta secretaria, a Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente (GDEP) da SMAS Rio é responsável por planejar, organizar, executar e fornecer apoio às ações educativas voltadas para as(os) trabalhadoras(es) do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sejam servidoras(es) estatutárias(os) ou contratadas(os), bem como agentes do controle social, no âmbito do SUAS. Nesse sentido, em alinhamento com o pacto federativo do SUAS com a Educação Permanente e com as atribuições municipais no que se refere à realização de diagnósticos de competências e necessidades de qualificação, oferta e implementação de ações de formação e capacitação, a equipe técnica da GDEP elaborou no ano de 2025 o IV Plano Municipal de Educação Permanente (IV

[4] A Política Nacional de Educação Permanente (PNEP/SUAS, 2013) institucionaliza, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica da Educação Permanente, que se caracteriza por um processo contínuo, integrado ao dia a dia do fazer profissional, que visa a transformação das práticas, a partir da problematização do processo de trabalho e do desenvolvimento da capacidade crítica e da construção de soluções coletivas em um ambiente multiprofissional. Ela não se refere apenas a processos de educação formal, focados em transmissão de conteúdos, mas a um modo de qualificar pessoas para e pelo trabalho, visando à valorização e emancipação dos trabalhadores do SUAS. A trajetória da educação permanente vem sendo construída no município do Rio de Janeiro de maneira consistente e alinhada a uma perspectiva crítica, dialética e emancipatória, pautada na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS.

PMEP) da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS Rio), que se encontra em vigência no quadriênio 2026-2029.

Deste modo, o presente texto vem apresentar um relato de experiência deste trabalho técnico, que dentro do processo de construção do IV PMEP, destacamos a importância do diagnóstico territorial, para entender os desafios de planejar a Educação Permanente no âmbito do SUAS, dentro de uma metrópoles do Rio de Janeiro.

2. Marco Teórico de Referência

A partir da década de 1970, a sociedade capitalista vem apresentando um contexto de crise estrutural do capital, impulsionando para um amplo processo de reestruturação produtiva, com vistas a manutenção da produção e da reprodução social, no atual estágio de acumulação do capital. Desta forma, observamos que, no âmbito do trabalho, a consolidação da informalidade e da precarização se apresenta dentro da dinâmica nas relações de trabalhos do capitalismo flexível. Em concomitância à esse cenário de flexibilização no mundo do trabalho, o neoliberalismo prevalece nas políticas sociais, adensando propostas de focalização e seletividade para essas políticas, consequentemente, flexibilização nas estruturas de produção e reprodução social.

Deste modo, a configuração do padrão de proteção social no Brasil se caracterizava pela fragmentação em respostas às expressões da "questão social", que se materializa pelos programas e políticas sociais, implementados sem transformar a base econômica do país, voltados para a classe trabalhadora empobrecida, oriunda do mercado informal de trabalho. Dentro das funções do Estado, a força de trabalho excedente não utilizada pelo capital é atendida pela política de assistência social.

A Política Brasileira de Assistência Social possui particularidades no interior de uma totalidade social, que se inserem na dinâmica do capitalismo contemporâneo e na atual conjuntura do país. Segundo Mota (2011), o processo histórico indica que a classe burguesa no Brasil, subordinando o Estado aos seus interesses, utilizou medidas relacionadas à proteção social para sua legitimação junto à classe trabalhadora. Nesse processo histórico, a Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças para a concepção de Política de Assistência Social no Brasil, consolidando-a numa perspectiva de direito, rompendo com a concepção caritativa e assistencialista, passa a constituir a base da Seguridade Social brasileira, juntamente com a Saúde e a Previdência Social.

Contudo, a Política de Assistência Social se institucionaliza apenas em 2004, quando a IV Conferência Nacional de Assistência Social aprova a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), que condensa as bases de um novo padrão de gestão da política; e em 2005, com a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). No entanto, apenas em 2011 foi sancionada a Lei n.º 12.435/2011, que institui e regulamenta o Sistema Único de Assistência Social no Brasil. Com esta regulamentação, a gestão ganha destaque no SUAS, principalmente para sua efetiva implementação. Ressalta-se ainda que a legitimidade da assistência social como política de direito é recente, tendo em vista o atraso na organicidade da sua lei.

O SUAS é um marco fundamental para a regulamentação da Política de Assistência Social, cuja implementação visa desenvolver um padrão de gestão descentralizada, por meio da municipalização, para execução das ações da política de assistência social. As mudanças efetivadas na forma de gestão em tal política visam superar elementos históricos que marcaram-na, tais como centralização, fragmentação e descontinuidade nas suas ações. No entanto, na conjuntura atual, Boschetti (2011) destaca que o reconhecimento da Política de Assistência Social como direito foi um lento processo, que se desenvolve em um processo de disputas e contradições dentro da sociedade capitalista brasileira.

A organização e o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) demandam uma compreensão aprofundada de suas funções e dos desafios inerentes ao trabalho social. Nesse contexto, segundo a PNEP/SUAS (2013):

> "o trabalho desenvolvido no SUAS está organizado em duas funções diferentes e complementares, orientadas para o reconhecimento dos direitos socioassistenciais: a função de gestão e a função de provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.Cada uma delas apresenta suas particularidades relativamente a objetivos imediatos, processos de trabalho, especialidades e composição profissional, mas se unificam em torno de uma mesma finalidade e por estarem contidas em um mesmo contexto sistêmico"(p.29).

Desta forma, a Política Nacional de Educação Permanente (2013) ressalta a complexidade da atuação profissional no SUAS e a necessidade de formação contínua para garantir a efetividade dessa política pública. A assistência social, enquanto direito, exige ações planejadas, fundamentadas teoricamente e sensíveis às realidades vivenciadas pelos usuários. Por isso, compreender as funções de gestão e de provimento dos serviços e benefícios, bem como suas inter relações, torna-se essencial para qualificar

as práticas profissionais, fortalecer a participação social e assegurar respostas mais adequadas às demandas territoriais.

Paulo Freire (1987) destaca a importância de uma educação dialógica, crítica e contextualizada, que valoriza o saber de experiência feito e promove a consciência social. Nesse sentido, capacitar trabalhadores do SUAS implica criar espaços de formação nos quais eles possam refletir sobre a realidade concreta do território, reconhecer a historicidade das opressões e fortalecer-se como sujeitos transformadores. A leitura crítica do território torna-se, assim, uma prática educativa que permite enxergar o usuário não como objeto de intervenção, mas como agente que constrói e ressignifica seu espaço.

Cabe destacar que quando falamos de território, não falamos apenas de seu aspecto físico, pois é fundamental que a compreensão do território não deve se restringir à mera organização e distribuição dos serviços da Política de Assistência Social no espaço geográfico. É imprescindível que essa apreensão vá além, incorporando o conceito de Território Usado de Milton Santos, que o define como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, revelando a complexa dinâmica social e política onde a política assistencial ganha concretude. Lugar este de pertencimento, identidade e trocas que nos revela que a sociedade e o território influenciam-se mutuamente, pois o território é o produto da ação social da mesma forma que estas dinâmicas territoriais afetam a vida em sociedade.

Assim, compreender o território usado significa reconhecer as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que moldam o cotidiano das populações atendidas pelas políticas sociais. No contexto do SUAS, essa leitura amplia a capacidade dos trabalhadores de identificar vulnerabilidades, potencialidades e desigualdades que atravessam a vida dos usuários.

A integração entre o território usado e a educação libertadora possibilita que a assistência social cumpra seu papel protetivo e emancipatório. Ao compreender o território em sua complexidade e ao adotar uma postura pedagógica baseada no diálogo e na problematização, os trabalhadores desenvolvem práticas mais sensíveis, eficazes e alinhadas às necessidades reais das comunidades. Dessa forma, a formação crítica e territorializada não apenas aprimora o trabalho social, mas fortalece a própria política pública, contribuindo para a construção de um SUAS mais humano, participativo e comprometido com a transformação social.

A partir desta perspectiva, nosso desafio, é criar os meios para que os trabalhadores e gestores que atuam na Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade do Rio de Janeiro, possam ser capacitados a partir da construção de um projeto pedagógico vívido que exige uma articulação entre o campo da epistemologia educacional, o princípio da educação permanente e a produção metodológica necessária para aprimorar, de forma contínua, a gestão e a execução da Política de Assistência Social. Assim, para Paulo Freire (1993):

> "A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí." (Freire, 1993, p.12)

Portanto, a compreensão da dimensão política de qualquer saber proposto no espaço pedagógico, dentre outros, é referência importante, senão central, na orientação das ações estabelecidas no processo de construção das práticas didáticas, em seu sentido pleno. Freire ainda nos traz que aprender e ensinar fazem parte da existência humana e que nesta busca de intervenção no mundo, e claro no território, nos tornamos não só "ensinantes", mas também "aprendizes".

Assim, os trabalhadores do SUAS no âmbito da SMAS- Rio, que lidam diariamente com populações em situação de vulnerabilidade, acumulam conhecimentos que são essenciais para a construção de práticas emancipatórias no SUAS. Reconhecer esses saberes, promover espaços de diálogo e incentivar sua formação crítica significa praticar uma "educação como prática da liberdade" e esse é o nosso desafio enquanto principais responsáveis pelo desenvolvimento da Política de Educação Permanente do SUAS na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos princípios freireanos, com valorização dos sujeitos, diálogo e a problematização da realidade convergindo diretamente com a proposta da Educação Permanente: formar a partir da experiência vivida, reconhecer os saberes de todos os profissionais e fortalecer processos de trabalho capazes de gerar autonomia, corresponsabilidade e transformação social.

3. Resultados e Comentários Críticos

A construção do diagnóstico nasceu de encontros periódicos para discussão, realizados pela equipe técnica. O intuito da equipe era encontrar um índice capaz de complementar os dados já consolidados pela SMAS, a exemplo do Cadastro Único, mas

que revelasse nuances territoriais para além das que já são mapeadas pela Vigilância Socioassistencial.

A equipe da GDEP debruçou-se inicialmente sobre o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do IPEA. Desta forma, notou-se que, embora o IVS registre uma redução histórica das vulnerabilidades no Rio de Janeiro entre 2000 e 2010, ele apresentava limitações para a nossa demanda atual. O índice posiciona a capital em uma faixa de baixa vulnerabilidade que destoa das expressões da questão social enfrentadas cotidianamente nos territórios. Somado a isso, os dados contidos no Censo de 2010 poderiam estar com uma defasagem que impactaria no planejamento de um plano quadrienal.

Nesse processo de reflexão coletiva, o Índice de Progresso Social (IPS) surgiu como a ferramenta que melhor dialogava com a Assistência Social, uma vez que, o IPS reúne variáveis focadas nos resultados sociais e ambientais reais da população. Diferente das métricas econômicas tradicionais, ele se estrutura em três dimensões de pesos iguais: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-Estar e Oportunidades.

O impacto dessa escolha foi percebido imediatamente pela equipe. O IPS conferiu uma leitura adequada às demandas contemporâneas ao utilizar dados de 2019 do Instituto Pereira Passos (IPP, 2019). Essa atualização metodológica permitiu enxergar com nitidez as desigualdades internas da cidade, garantindo que o Plano de Educação Permanente fosse desenhado sobre um chão de realidade, longe de abstrações estatísticas defasadas.

A consolidação dos dados por Coordenadorias de Assistência Social (CAS)[5] revelou que a capital carioca opera em lógicas territoriais profundamente distintas, o que exige da assistência social estratégias igualmente diversificadas. A cidade apresenta resultados diferenciados entre suas regiões administrativas, com áreas de melhor desempenho concentradas principalmente na Zona Sul e Grande Tijuca, enquanto

5 As Coordenadorias de Assistência Social (CAS) do Rio de Janeiro são unidades regionais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) que gerenciam, planejam e executam a política de assistência social em territórios específicos. Elas descentralizam o atendimento, coordenando CRAS e CREAS locais para atender populações em vulnerabilidade ou risco. As 10 CAS se espalham por toda a cidade, possuindo sede nos seguintes bairros: 1ª CAS – CENTRO; 2ª CAS – VILA ISABEL, GRANDE TIJUCA E ZONA SUL; 3ª CAS – ENGENHO NOVO; 4ª CAS – BONSUCESSO; 5ª CAS – MADUREIRA; 6ª CAS – IRAJÁ; 7ª CAS – JACAREPAGUÁ; 8ª CAS – BANGU; 9ª CAS – CAMPO GRANDE; 10ª CAS – SANTA CRUZ.

territórios das Zonas Norte e Oeste, além de complexos de favelas, figuram entre os de menor pontuação. Essa divisão em grupos de análise revela a heterogeneidade urbana e social do município, permitindo visualizar, de forma espacial, as desigualdades que permeiam a cidade e que devem ser consideradas no planejamento da política de assistência social.

Notamos, por exemplo, que a centralidade administrativa da 1ª CAS, não garante proteção integral, uma vez que a região apresenta fragilidades severas em segurança pessoal, com apenas 12,80 pontos. Esse dado despertou na equipe a percepção de que a proteção social urbana nessa área deve estar prioritariamente voltada à população em situação de rua e ao enfrentamento da violência.

O fenômeno da desigualdade interna apareceu com força na análise da 2ªCAS e da 7ª CAS. Se por um lado áreas como Lagoa e Barra da Tijuca concentram os melhores resultados do município, a proximidade com as comunidades da Rocinha e a Cidade de Deus expõe abismos em nutrição, liberdades individuais e acesso à educação superior. Para o nosso estudo, esses contrastes extremos provam que uma gestão territorializada não pode tratar as regiões de forma homogênea, sob o risco de invisibilizar as vulnerabilidades que resistem e convivem num mesmo território onde residem as classes sociais com maior acesso à renda.

A análise também trouxe à tona o peso das vulnerabilidades estruturais na Zona Norte e Zona Oeste. Na 4ª CAS, a precariedade habitacional das comunidades do Complexo do Alemão reforça a urgência de políticas que articulem saneamento e meio ambiente. Já na 6ª CAS e 10ª CAS, as realidades de bairros como Pavuna e Guaratiba (este último com críticos 17,54 pontos em água e saneamento) evidenciam que a carência de infraestrutura básica é um entrave direto ao bem-estar e às oportunidades das famílias atendidas pelo SUAS.

Curiosamente, o diagnóstico permitiu enxergar potencialidades onde o senso comum muitas vezes só enxerga carência. Em Santa Cruz (10ª CAS), apesar dos desafios de infraestrutura, identificamos um resultado expressivo em direitos individuais (80,06 pontos), sinalizando uma forte rede de cidadania e participação social que pode ser alavancada pela política de assistência. Essa leitura multidimensional, possibilitada pelo IPS, foi o que deu à nossa equipe a segurança para afirmar que o Plano de Educação Permanente deve capacitar os trabalhadores para uma atuação que reconheça tanto as fragilidades quanto as potências de cada território.

A análise territorial, consolidada pelo cruzamento entre o Censo IBGE 2022, os dados relativos à cidade do Rio de Janeiro contidos na base do Cadastro Único para Programas Sociais (Cadúnico) e o referencial de equipamentos por eixo de proteção em cada CAS, reforçou a percepção da equipe sobre as disparidades na cobertura do SUAS na cidade do Rio de Janeiro. Ao observarmos a relação entre a população total e o volume de famílias no Cadastro Único, identificamos territórios onde há uma demanda maior por assistência social, o que exige a elaboração de um planejamento diferenciado por parte da gestão.

A **10ª CAS** destaca-se nesse cenário. Embora possua uma população total significativamente menor que a **7ª CAS** (aproximadamente 483 mil habitantes contra mais de 1 milhão), ela apresenta o maior volume de famílias beneficiárias do Bolsa Família em toda a cidade (67.254) e uma das maiores concentrações no Cadastro Único. Para nosso estudo, esse dado confirma que a região de Guaratiba e Santa Cruz demanda uma estrutura de proteção social básica e média complexidade extremamente robusta, dado que quase um terço das famílias locais depende diretamente de transferências de renda para sua subsistência.

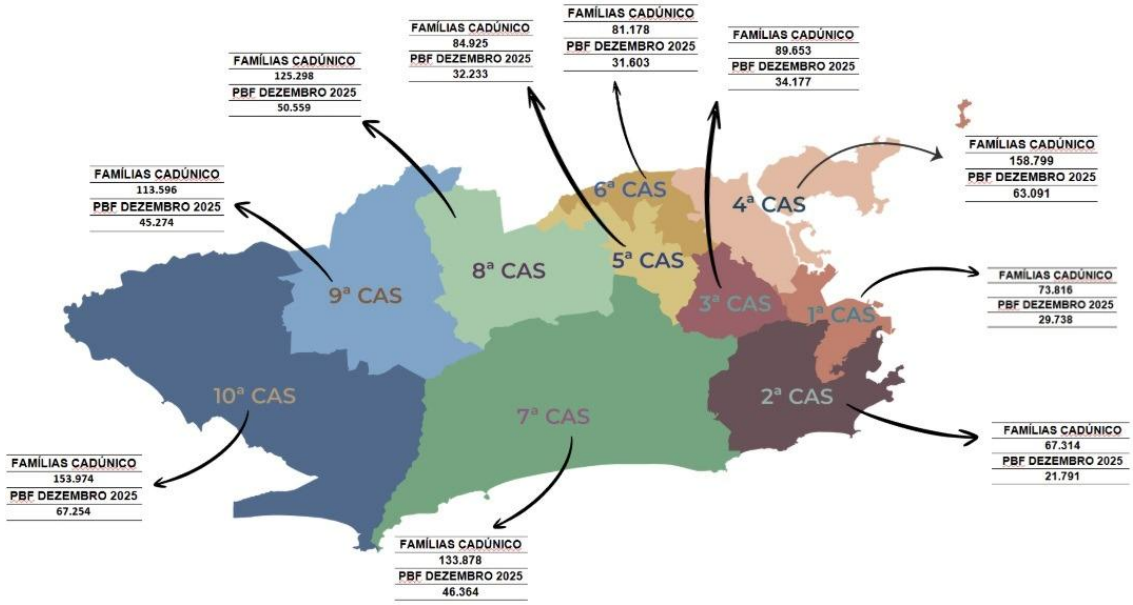
Outro ponto de atenção surgiu na **4ª CAS**, que abrange o Complexo do Alemão. Com cerca de 689 mil habitantes, o território concentra quase 159 mil famílias cadastradas, o que demonstra uma busca ativa e uma dependência elevada dos serviços socioassistenciais. Em contraste, a **2ª CAS**, apesar de ser a segunda mais populosa do Rio de Janeiro (781.996 habitantes), apresenta os menores índices proporcionais de beneficiários do PBF (21.791 famílias), evidenciando que, embora o território seja denso, a vulnerabilidade é mais focalizada em manchas específicas, como a Rocinha, conforme já apontado pelo diagnóstico do IPS.

As Coordenadorias dos bairros de Bangu e Campo Grande, representadas pelas **8ª e 9ª CAS**, também revelaram volumes expressivos, somando juntas mais de 238 mil famílias no Cadastro Único. Os dados obtidos serviram para que o grupo refletisse sobre a logística das unidades: o volume de atendimento nessas regiões demanda a qualificação das equipes para lidar com temas como o monitoramento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

A convergência entre os dados do Censo 2022, do Cadastro Único e o mapeamento da rede socioassistencial contribui com a materialização da Educação

Permanente na realidade operacional do município. Para que essa operação se concretize, a estrutura de gestão torna-se o braço executor, centralizada na Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social (CGSIMAS[6]).

Mapa 1 - Território das Coordenadorias de Assistência Social na Cidade do Rio de Janeiro - Consolidado Cadúnico e PBF



Fonte: SMAS / Elaboração GDEP, a partir dos dados fornecidos pela Coordenadoria de Cadastro Único e Programas de Transferência de Renda (2025).

4. Conclusões e Importância da Experiência:

A articulação entre a Política Nacional de Educação Permanente (2013) e a pedagogia freireana reafirma que o fortalecimento do SUAS na cidade do Rio de Janeiro está alinhada à valorização dos trabalhadores e gestores do SUAS como agentes intelectuais e políticos.

Portanto, enquanto Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente, nosso desafio principal é investir na formação dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS carioca a partir da construção de um projeto político pedagógico que expõe os objetivos, perspectivas e alvos a

6 No âmbito da SMAS, as ações voltadas para a gestão do trabalho e da educação permanente estão na estrutura da Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social (CGSIMAS), instituída pela Lei Municipal nº 3.343 de 28/12/2001. A CGSIMAS realiza o monitoramento do quadro de recursos humanos da SMAS, a fim de garantir a composição das equipes das unidades. As diversas ações da Coordenadoria visam o monitoramento e as lotações de trabalhadores servidores estatutários e contratados, de acordo com as necessidades identificadas, norteadas pela NOB-RH/SUAS. Desta forma, conhecer o perfil dos trabalhadores do SUAS na SMAS Rio é de grande relevância para o planejamento das ações de educação permanente.

serem atingidos, garantindo que a assistência social cumpra sua promessa democrática de ser um instrumento de proteção que emancipa, pois a emancipação dos usuários não ocorre de forma espontânea, mas é fruto de uma prática reflexiva contínua, capaz de desconstruir visões estigmatizantes e compreender a vulnerabilidade como um fenômeno socio-histórico, e não um fracasso individual.

Ao adotar a dialogicidade como método, a formação deixa de ser mera transmissão de conteúdos e passa a ser um espaço de reflexão crítica sobre a prática (*práxis*). Para Freire, a educação é um processo inconcluso, assim como o ser humano, dialogando com os princípios do SUAS, entende-se que a qualificação dos trabalhadores deve ser contínua e crítica, pois assim permite que o profissional não apenas execute serviços, mas compreenda as raízes das desigualdades no território, tornando-se, junto ao usuário, um agente de transformação social.

Contudo, para que o planejamento técnico da educação permanente, no contexto da política de assistência social se materialize, fazem-se necessários investimentos em recursos humanos e tecnológicos. A ausência de uma previsão orçamentária e financeira específica para a execução do Plano representa o maior desafio para a consolidação da política. Essa lacuna repercute diretamente na infraestrutura material e operacional, limitando a contratação de especialistas, a locação de espaços descentralizados e a produção de materiais técnicos essenciais, bem como recursos para alimentação e suporte aos trabalhadores nas atividades de de capacitação. Sem investimento em recursos humanos e tecnológicos para a equipe da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente (GDEP), o ciclo de planejamento corre o risco de tornar-se inviável. No entanto, a força deste relato reside na capacidade da equipe de, mesmo diante da escassez, utilizar o diagnóstico para "geografizar" a formação e priorizar as áreas de maior vulnerabilidade social.

Em suma, o desafio final do IV PMEP é a tradução dos saberes construídos nas práticas cotidianas que respeitem a subjetividade dos usuários e a complexidade dos territórios cariocas, transformando cada unidade de atendimento em um espaço de construção de consciência, dignidade e justiça social. A consolidação de uma cultura de educação permanente no Rio de Janeiro depende do reconhecimento, por parte de todos os atores da gestão e do controle social, de que a qualificação dos agentes é a única via para garantir serviços públicos de qualidade. Transpor a barreira da invisibilidade orçamentária se torna um desafio, garantindo que o ciclo de planejamento, execução e avaliação seja dotado dos recursos necessários para que a construção

desse Plano possa, efetivamente, guiar o SUAS em direção à justiça social e à emancipação dos sujeitos.

5. Referências

BRASIL. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS)**. Brasília: MDS, 2013.

BOSCHETTI. Ivanete. "Condições de trabalho e projeto ético-político profissional". In: **O trabalho do/a assistente social no SUAS**: seminário nacional. Brasília: CFESS, 2011.

COSTA, Michele Pontes da. Assistência Social, gestão da política e formação continuada. In: OLIVEIRA, Elizabeth Souza (Org.). **A Política de Assistência Social e o olhar das trabalhadoras do SUAS**: algumas reflexões concretas. São Paulo: Editora Tellha, 2023.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira (eds.). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2015. 77 p. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/api/cockpit/storage/uploads/publicacoes/publicacao_atlas_ivs_municipios.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

_____**. Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

_____**. Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@** – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>. Acesso em: 17 dez. 2025.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Índice de Progresso Social no Rio de Janeiro - IPS Rio de Janeiro 2018**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <Índice de Progresso Social (IPS) no Município do Rio de Janeiro - 2018 (Junho/2019) | DATA RIO>. Acesso em: 04 dez. 2025.

MOTA, Ana Elizabete. **O Feitiço da Ajuda**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____**.** "Assistência Social em debate: direito ou assistencialização?". In: **O trabalho do/a assistente social no SUAS: seminário nacional**. Brasília: CFESS, p. 65- 51, 2011.

RIO DE JANEIRO. **IV Plano Municipal de Educação Permanente (IV PMEP)**. SMAS Rio, 2025.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org). **Território: Globalização e Fragmentação.** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.